

Governo busca sustentação ao criar bloco de centro

REJANE OLIVEIRA
Da Editoria de Política

Ao contrário do que o próprio Palácio do Planalto fez circular, não foi por mágoa contra o PMDB nem por descrença nos líderes do seu partido que o presidente Sarney decidiu nomear o deputado Carlos Sant'Anna para a liderança do Governo, um cargo criado pelo então presidente eleito Tancredo Neves especialmente para acomodar o senador Fernando Henrique Cardoso.

Político pragmático, o Presidente já sabia, muito antes da instalação da Constituinte, que não poderia contar com a unanimidade do PMDB em torno dos assuntos polêmicos. As primeiras votações da Assembleia, sobretudo quanto à questão da participação dos senadores eleitos em 82, só vieram confirmar esta expectativa.

Uma grande frente formada pelas mais diversas tendências ideológicas e repleta de presidenciáveis, o PMDB viu na soberania da Constituinte uma forma de assumir o poder de imediato, superando o golpe que a morte de Tancredo, com a consequente ascensão de Sarney, representou para o partido.

Consciente disso, o Presidente tratou de definir uma estratégia política capaz de lhe assegurar a maioria dos votos na Constituinte sem ficar a reboque da legenda de Ulisses Guimarães. E exatamente esta a tarefa do deputado Carlos Sant'Anna: costurar alianças, em nome de Sarney, para garantir o alinhamento ao Governo do imenso contingente de parlamentares moderados que se encontram dispersos por quase todos os partidos.

ESTRATEGIA

Ao nomear Sant'Anna, o que Sarney fez foi antecipar-se aos grupos de direita e de esquerda que tentam atrair para suas teses o majoritário setor de centro da Constituinte. A estratégia do Planalto é simples e envolve um componente aritmético: como o Governo precisa de maioria na Assembleia (280 votos) para garantir uma Constituição que atenda aos seus interesses, e sabe que a soma do PFL à parcela moderada do PMDB não atinge este número, decidiu trans-

por os constrangimentos de ordem partidária e procurar apoios em outras legendas.

Além das adesões individuais, que deverão ocorrer informalmente e vindas de quase todos os partidos (excetuando os PCs, o PT e o PSB), o Governo também está tratando de assegurar o apoio formal de legendas como o PTB, que se agregará na próxima quinta-feira ao chamado bloco da maioria. Em troca, naturalmente, da participação nos cargos do Executivo.

Usando a discrição como trunfo tático, o líder do Governo garante que sua missão limita-se às fronteiras da Aliança Democrática. "Eu desconheço a existência de negociações fora da Aliança. Se existem, estão sendo conduzidas pelo próprio Presidente da República. A tarefa que recebi dele foi a de tentar unir o PMDB e o PFL em torno do Governo, nada mais".

O deputado Carlos Sant'Anna admite, contudo, que os sócios da Aliança não estarão coesos no momento em que forem votados assuntos polêmicos. Nessas ocasiões, reconhece, os constituintes se agruparão em posições diferentes e acima das vinculações partidárias.

Como garantir, então, a unidade do PMDB e do PFL em torno dos interesses do Governo? Sant'Anna não responde, limita-se a acenar com os programas dos dois partidos para afirmar que peemedebistas e pefelistas estão comprometidos com os estatutos que subscreveram. Argumentos como a inexistência da fidelidade partidária e a superficialidade dos programas, que não indicam métodos, caem no vazio: ele apega-se ao abstrato "compromisso moral com o povo" a que as legendas da Aliança Democrática estariam amarradas e encerra a discussão.

Não sem antes advertir que "a tormenta será grande e a nau — o Governo — precisa aguentar". Um sinal logo seguido dos cuidados com que se tem cercado para não perder trânsito junto à Aliança, mas sobretudo dentro do PMDB: "É preciso que fique claro que não vim para destruir o meu partido".

MAIORIA

Mas o que representa.

quantitativamente, o bloco de centro que o Governo se articula para formar na Constituinte? Os grupos de esquerda e de direita acham que não passa de 40 por cento da Assembleia.

Para os líderes do PMDB e do PDS no Senado, Fernando Henrique Cardoso e Jarbas Passarinho, potenciais candidatos a integrem o bloco do Governo, os moderados representam 60 por cento da Constituinte, ou seja, cerca de 335 parlamentares. Trata-se de uma maioria ampla que permitiria ao Executivo, em princípio, redigir da forma que preferisse o futuro texto constitucional. O grande problema é que um grupo tão extenso não estará permanentemente unido em torno de temas de complexidade do aborto e da reforma agrária, só para citar dois exemplos.

O senador Fernando Henrique, acha que os moderados da Constituinte agirão de forma "pendular", ou seja, estarão mais à direita ou mais à esquerda dependendo dos temas em discussão. Quando o assunto for a ordem econômica, por exemplo, ele entende que o centro se dividirá em duas facções claramente identificáveis: "Essas classificações ideológicas não podem ser muito rígidas. Entre os constituintes que chamaríamos de moderados há pelo menos duas posições nítidas: os de centro-direita e os de centro-esquerda. Isto sem falar nos assuntos que envolvam componentes morais, quando as definições ideológicas clássicas não têm a menor validade".

O senador Jarbas Passarinho também não aceita as classificações rígidas. Ele prefere definir a direita como uma facção imobilista, o centro como reformista e dividir a esquerda em dois grupos: os que defendem mudanças radicais, mas por via pacífica, e os que as desejam de forma revolucionária.

Para o líder pedessista, as facções ideológicas da Constituinte se tornarão muito nítidas no momento em que estiverem em discussão assuntos como a reforma agrária, o tratamento ao capital estrangeiro, o papel das Forças Armadas e a estatização.